

**COUTO, J. M.; COUTO, A. C. L. O Medo do Crescimento: política econômica e dinâmica macroeconômica no primeiro Governo Lula (2003-2006). Maringá: EDUEM, 2010. 181p.**

Rosalina Lima Izepão/UEM<sup>1</sup>

O livro de autoria dos professores Joaquim Miguel Couto e Ana Cristina Lima Couto, do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, constitui importante contribuição à compreensão das políticas macroeconômicas utilizadas no Brasil, a partir dos anos 1990. A temática envolve o uso de política monetária restritiva, pautada em taxas de juros elevadas e que foi, segundo os autores, característica marcante da primeira gestão administrativa do Presidente Luís Inácio da Silva, o Lula, no período de 2003 a 2006.

Com estilo didático próprio, linguagem clara e objetiva, os autores apresentam no livro, uma análise crítica e consistente, fundamentada em dados empíricos sobre a postura do Estado nacional brasileiro, na primeira gestão administrativa de Lula. Segundo os autores, a opção de Lula por uma política monetária conservadora deu continuidade às ações do seu antecessor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Couto e Couto, tratou-se de uma política nacional que, a exemplo do que ocorreu no âmbito de outras economias capitalistas mundiais, legitimou uma forma de acumulação de capital que privilegiou, sobremaneira, o setor financeiro. Este privilegiamento ocorreu, de acordo com os autores, por meio da execução de políticas de favorecimento aos detentores da dívida pública, sob a justificativa de que as elevadas taxas de juros no Brasil seriam necessárias para o controle da inflação.

No livro, os autores destacam que Lula, antes de ser eleito Presidente do Brasil, criticava a postura do Banco Central, por favorecer os detentores da dívida pública, via manutenção dos juros em patamares elevados. Mas, depois de eleito, Lula claramente mudou de opinião mantendo, em sua primeira administração, o Banco Central sob a égide do mercado financeiro e desenvolvendo políticas que favoreciam, diretamente, os investidores nacionais e estrangeiros. Esta posição de Lula é, para os autores, um dos principais pontos negativos da sua primeira gestão porque, por meio dos chamados ajustes de liquidez do sistema, fez crescer a DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna, no período analisado. De acordo com os autores, por meio dos juros pagos, o Governo Federal transferiu parte da renda arrecadada de todos os brasileiros, através de impostos, para os segmentos mais ricos da sociedade, contribuindo, portanto, para a concentração de renda no País.

Em várias partes dos capítulos que compõem o livro, Couto e Couto apresentam dados que evidenciam a natureza da gestão Lula e a condução da política monetária, refém, segundo os autores, do mercado financeiro. Assim, de acordo com os autores, o Presidente Lula deixou de implementar mudanças importantes na condução política econômica brasileira, tão aguardadas pela sociedade, quando eleito Presidente do Brasil, no final de 2002. Para os autores, a gestão da política econômica de Lula, assim como a de Fernando Henrique Cardoso, beneficiou, diretamente, o capital financeiro nacional e internacional que se consolidou no País, em detrimento às camadas mais pobres do Brasil.

Com o objetivo de “analisar as medidas adotadas pela política econômica do governo Lula e o comportamento da economia brasileira entre 2003 e 2006, explicitando os motivos e forças que impediram o novo governo de mudar a política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso” (p. 13), o livro foi estruturado em cinco capítulos, que se somam ao prefácio, à introdução e a uma breve conclusão. No capítulo primeiro, os autores mostram os resultados causados na esfera econômica, pelo receio e a desconfiança entre as famílias brasileiras e os investidores nacionais e estrangeiros, diante da possibilidade da eleição de um presidente oriundo do PT - Partido dos Trabalhadores, em 2002.

Ainda neste capítulo, os autores destacam que após eleito, já no início de 2003, Lula, juntamente com a sua equipe, para restabelecer a confiança dos agentes econômicos, manteve, a exemplo do governo anterior, uma política econômica ortodoxa, tendo por base a elevação da taxa Selic – Sistema

<sup>1</sup>Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo e Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

Especial de Liquidação e de Custódia. A justificativa dada pelo governo à elevação da taxa de juros foi, segundo os autores, a alta da inflação de custos, medida que resultou na contração da demanda agregada e dos investimentos produtivos, na elevação da taxa de desemprego e no baixo desempenho da economia nacional.

No segundo capítulo, Couto e Couto discorrem sobre a perspectiva de crescimento da economia brasileira no primeiro semestre de 2004, em virtude da queda gradual da taxa Selic. Estas expectativas, no entanto, segundo os autores, foram debeladas em setembro do mesmo ano, em razão da atuação do Banco Central em favor do mercado financeiro. Este favorecimento ocorreu por meio da elevação dos juros e do chamado ajuste de liquidez, onde o Banco Central vendeu títulos públicos aos bancos, remunerados pela taxa Selic.

Para os autores, a política de juros elevados promovida pelo Banco Central transferiu parte dos recursos arrecadados pelo Governo Federal, por meio de impostos, ao mercado financeiro, através de pagamentos dos juros aos bancos e aos rentistas, ocasionando, desta forma, a ampliação da concentração de renda no País. Este segmento também foi beneficiado, de acordo com os autores, pela valorização do câmbio, por meio de empréstimos externos.

Os autores ressaltam, ainda neste capítulo, que os indicadores econômicos, de modo geral, foram positivos naquele ano. Citam como exemplos: o crescimento do PIB e do PIB *per capita*, a queda na taxa de desemprego, dos juros pagos da DPMFi e da dívida externa total, além da manutenção da inflação e do déficit primário de acordo com as metas estabelecidas e a melhoria das contas externas. Mas, salientam que o Brasil já havia apresentado taxas de crescimento superiores, em décadas passadas, e que a taxa de crescimento do Brasil foi inferior à dos demais países em desenvolvimento, no mesmo período. Assim, afirmam os autores, enquanto os juros altos inibiam os investimentos produtivos, os juros pagos da DPMFi reduziam o volume de recursos que o Governo Federal poderia dispor para aplicação em infra-estrutura, saúde, educação, entre outras ações de sua alçada.

No capítulo terceiro, Couto e Couto destacam a valorização cambial e a alta dos juros no primeiro semestre de 2005, como elementos inibidores do investimento produtivo e de frustração para os agentes econômicos que esperavam por um crescimento mais expressivo da economia brasileira. Para os autores, apesar dos resultados positivos, comprovados por indicadores econômicos e financeiros do período, nos aspectos negativos se destacaram: o baixo crescimento do PIB e do PIB *per capita*, a elevação do montante de juros pagos da DPMFi, o aumento do estoque da DPMFi e a redução do seu prazo médio de vencimento. Os juros altos, afirmam os autores, prejudicaram os gastos públicos nas áreas sociais e de infra-estrutura, dado que parte dos recursos que serviriam para isto foi utilizado para o pagamento de encargos da dívida interna, o que só beneficiou os bancos e os rentistas do mercado financeiro.

No quarto capítulo, os autores mostram a atuação do Governo Federal, em 2006, último ano da primeira gestão Lula, destacando a fidelidade desta administração às políticas econômicas herdadas da gestão Fernando Henrique Cardoso, pautada na manutenção do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e na busca crescente pelo superávit primário. Os autores destacam ainda que, diferente do ocorreu em 2002, nas eleições presidenciais de 2006, o mercado financeiro permaneceu tranquilo em relação à reeleição do Presidente Lula. O novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, da segunda gestão Lula, apesar de desenvolvimentista, só conseguiu executar medidas pontuais na redução dos juros de longo prazo, no auxílio aos exportadores e ao setor agrícola. Contudo, em relação aos juros básicos, Mantega não conseguiu reduzi-los, pois o Copom não manteve a Selic no patamar desejado.

Ainda neste capítulo os autores mostram, por meio de indicadores econômicos e financeiros, que houve sete pontos positivos em 2006, relativos ao superávit primário, à DPMFi, à taxa de inflação e às contas externas, porém, destacam que negativamente pesaram o baixo crescimento do PIB, a elevação da taxa de desemprego, o aumento dos juros nominais pagos pelo governo, o crescimento do montante da DPMFi e a elevação da dívida externa total registrada. Os autores atribuem a estes resultados negativos a falta de foco do governo federal e de sua equipe econômica nas políticas de redução do desemprego e de aquecimento da demanda agregada, dado que deram ênfase ao controle da inflação, beneficiando, desta forma, as aplicações financeiras.

No capítulo cinco, os autores fazem um balanço dos quatro primeiros anos da primeira gestão administrativa do Presidente Lula, destacando de um lado o conservadorismo de sua política econômica, pautada na manutenção dos juros elevados, tendo como principal objetivo o controle da inflação, e, do outro, o posicionamento do Banco Central em favor dos bancos e dos rentistas. De acordo com os autores, tratava-se de uma política contrária ao crescimento e, portanto, ao emprego, mas que favorecia o mercado financeiro, cujos interesses, em grande parte, seriam opostos ao da população brasileira. Ainda neste capítulo, os autores comparam os recursos destinados ao PBF – Programa Bolsa Família e os destinados ao pagamento dos juros da DPMFi aos rentistas mostrando que, enquanto o Governo Federal gastou R\$8,3 bilhões com o PBF, pagou em juros aos rentistas R\$125,8 bilhões no mesmo período. Os autores concluem o livro mostrando que o primeiro governo Lula foi uma boa opção para o mercado financeiro, saindo-se como perdedores, as empresas produtivas e os trabalhadores.

O livro se constitui, sem dúvida, em um trabalho de referência inovador ao introduzir questões fundamentais aos debates sobre a política econômica da primeira gestão administrativa do Presidente Lula. Os autores nos levam a refletir sobre a dominação financeira no Brasil, à exemplo do que ocorre em escala mundial. Pode-se até não concordar com o conteúdo do livro em sua totalidade, mas, não dá para negar a existência de um conflito distributivo no Brasil e o antagonismo de interesses entre os vários segmentos da sociedade brasileira.

Entende-se que houve uma evolução significativa nas rendas do capital produtivo e do trabalho no período analisado. Contudo, não é possível negar o avanço e a consolidação do capital financeiro como setor dominante e que o Estado nacional brasileiro tem, por meio de políticas macroeconômicas restritivas, pautadas nas elevadas taxas de juros, gerado diferencial de rendas em favor do mercado financeiro, em detrimento às rendas do capital produtivo e do trabalho.